

Povo desassistido

Por não haverem recebido do Ministério da Saúde débitos pendentes desde junho, mais de cinco mil hospitais conveniados da rede privada ameaçam suspender o atendimento ao público a partir de hoje. Repete-se, ainda uma vez, capítulo enfadonho da novela interminável em que se converteu o resgate mensal das dívidas do governo para com os serviços de saúde pactuados com a iniciativa particular. Enquanto isso, o infortúnio alarga os já colossais espaços de tragédia em que vegetam os milhões de brasileiros vítimas da marginalidade social.

A inoperância governamental no tratamento da questão e as reações drásticas do empresariado do setor são faces de uma mesma moeda moral, cuja efígie é a insensibilidade. Não faz maior diferença às partes o fato de estar em jogo a saúde e, afinal, a vida de centenas de milhares de pessoas. Tudo se resume, com frieza glacial, a um problema contábil, quer dizer, o serviço, de péssima qualidade, diga-se, será prestado enquanto o pagamento ocorrer em tempo hábil. A população que se dane, vá reclamar ao bispo, antes de engrossar as estatísticas tenebrosas das mortes por omissão de socorro.

Caso alguma centelha de humanismo não ilumine o governo e sua parceria no programa de assistência à saúde, nada menos de 25 mil internações e 690 mil atendimentos ambulatoriais deixarão de ser realizados todos os dias, a começar de hoje. Não é difícil imaginar o horror daí resultante, em número de vidas sacrificadas e de comprometimentos irremediáveis da saúde. Engana-se alguém que veja em tal perspectiva apenas uma hipérbole, pois já é rotina nos meios de comunicação noticiar pessoas retiradas sem vida nas filas quilométricas às portas de hospitais e ambulatorios.

A suspensão eventual do socorro público a pessoas enfermas é uma síntese perfeita da ineficiência do Estado no cumprimento de seu mais relevante dever institucional, o de proteger a vida. Os órgãos jurisdicionados de forma direta ao poder público, como a Previdência Social, foram reduzidos ao estágio primitivo do caos. Não há atendimento sequer à mínima demanda pública, por insuficiência de unidades assistenciais, carência de recursos humanos, sucateamento dos apetrechos profissionais e exiguidade de recursos financeiros. Há anos não se tem notícia da construção de um novo hospital público.

Na última década, todavia, a contribui-

ção previdenciária aumentou de forma significativa, e, em ordem inversa, a prestação dos serviços desabou até ao colapso atual. Antes de configurar-se como disfunção estrutural, o malogro da previdência pública está associado à má gestão gerencial, ao assalto da corrupção, ao inadimplimento do Estado no tocante à sua contribuição e aos desvios de finalidade.

E a cogitada privatização de alguns seus serviços por certo não resolverá o problema, enquanto não for possível conter a ganância e falta de ética dos planos particulares de saúde. A ameaça de lock-out da rede privada, agora, é o sinal mais evidente de semelhante realidade.

A anunciada interrupção do socorro nas unidades privadas, de hoje em diante, ocorre em presença de bate-boca ridículo entre técnicos do Ministério da Saúde e da Fazenda. Os primei-

ros reclamam a insuficiência dos recursos repassados para quitação da dívida com os hospitais. Já os segundos atestam transferências mensais adequadas ao resgate dos compromissos. Uns e outros, porém, tratam o problema como se não fosse algo a ser resolvido pelo conjunto do governo. Localizar responsabilidades sem apresentar soluções equivale a empurrar o assunto com a barriga, vá lá a vulgaridade, enquanto se expõe o povo à frustração da mais relevante prerrogativa humana, o direito à vida.

Por parte das unidades hospitalares, constata-se a inexistência do mínimo respeito à cidadania, enquanto conferem ao caráter sacerdotal da medicina o perfil bastardo de um mercantilismo repugnante. E no conflito entre os seus interesses e a inadimplência do governo, a única vítima é a população carente, grande parte já minada pelas endemias e doenças derivadas da fome. Ainda há esperanças, todavia, de que as partes reajam de acordo com o quadro tétrico aqui esboçado e pactuem solução perene para o dilema. A vida humana paira acima de quaisquer conveniências utilitaristas.

**Os hospitais
não recebem
dinheiro do
governo desde
junho e
ameaçam
suspender
o atendimento
ao público
a partir de hoje**
